

Que está havendo com os salários?

O PSB AO POVO

Desde a eclosão da crise do Goiás, a Comissão Executiva Regional do PSB esteve reunida em caráter permanente examinando e analisando cada um dos fatos e cada medida adotada pelo governo no cerco que se empreendeu visando a deposição do governador Mauro Borges.

Reclamando uma definição do Marechal Castelo Branco, os socialistas de São Paulo, dizem "o presidente da República não para de falar na preservação da legalidade, enquanto seus ministros e prepostos apertam o cerco do governador goiano. Esta duplicidade não engana mais ninguém. Se o Mal Castelo Branco quer dar provas de sua sinceridade, que retire as tropas federais recém-colocadas em Goiás, que desautorize a ocupação militar das vias de acesso a Goiânia que mostre enfim que a legalidade não é apenas um bumbo para se atingir fins infelizes".

Em reação posterior, voltando a analisar os acontecimentos - a decretação da intervenção federal em Goiás, a CER do PSB resolveu chamar a população para o trabalho de resistência.

Chamada "populista" e instigando as atividades empresariais, protestar contra a política de cessão das riquezas minerais brasileiras, conclamar o povo a que, uma a essas protestos e alziar apelo ao Congresso Nacional para que apresse com independência a intervenção federal no Estado goiano, refletindo a atual, por sua natureza anti-democrática, como o fará os parlamentares socialistas.

SATURNINO: SOCIALISTAS NA OPOSIÇÃO

"O PSB está em oposição, porque considera o governo assumido de forma ilegal e anti-democrática e orientado segundo diretrizes que são contrárias aos objetivos do Partido.

Os objetivos imediatos do PSB resumem-se na realização das reformas, para que seja possível a continuidade do desenvolvimento nacional, enquanto o atual governo, passando por cima das verdadeiras reformas, executa uma política econômica-financeira que levará o país fatalmente para a estagnação."

Roberto Saturnino

FOLHA SOCIALISTA

Editado pela Comissão Executiva Regional de São Paulo do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — Redação Pça. Carlos Gomes, 109, fones: 367825 e 339784
Diretor Responsal: LUIZ CARLOS BRAGA — Cr\$ 100,00

ANO XV DEZEMBRO DE 1964 N.º 119

UNIÃO DESTA VEZ

Mais uma vez, como tem reiteradamente ocorrido no passado, o PSB alerta a opinião publica e as forças políticas que se opõem às soluções reacionárias, no sentido de se alcançar um entendimento em torno do problema da sucessão municipal. Infrutífero, nossos apelos, tem obtido pouco êxito em períodos anteriores. Não terá sido apenas pela impossibilidade de realizar esse programa, que a situação chegou ao ponto em que se encontra.

Mas, não há dúvida que o espetáculo da inutilidade das tentativas unitárias, a impossibilidade das forças independentes encontrarem sequer uma linguagem comum na formulação dos problemas e de suas soluções; o desinteresse, pelo exame atenta dos prejuizos gigantescos que causa ao povo a fragmentação dos contingentes eleitorais em face da inescrupulosa propaganda e a manipulação de recursos sem limites dos reacionários, hajam constituído encorajamento aos inimigos do povo e de sua liberdade na determinação de lutar para si todas as redes do poder. Quer-se ser difíceis, o diálogo com objeções, condições prévias e desconfiança, o inimigo se fortalece, inutilmente para arrastar, uma a uma as posições, que o povo na sua luta incessante havia conquistado.

Não é mais possível, sem responder perante a história pelo curso de haver criado em nome de interesses pessoais ou políticos, estreitos, manter a desunião das forças independentes em face da união das forças opressoras. Os socialistas convêm, que o caminho para a reconquista das liberdades momentaneamente perdidas, está na união daquelas forças dirigiram-se aos presidentes dos diretórios municipais dos Partidos Democrata Cristão e Trabalhista Brasileiro, propondo o entendimento em torno do problema da sucessão municipal. Esperam que, desta vez, sob o patrocínio dos acontecimentos, esteja mais desimpedido o caminho para coligar as forças que se propõem a defender os interesses do povo, da cidade e da nação.

LAMENTAVEL ESTADO DAS ESCOLAS PUBLICAS

A Comissão Especial de deputados constituída pela Assembleia Legislativa, para verificar as condições em que se encontram os estabelecimentos de ensino de grau médio desta capital, pesquisou as escolas, chegando a conclusões desalentadoras a respeito da situação em que se encontram. Revê a pesquisa da Comissão, da qual fazem parte os deputados Raul Schwinden, Gilberto Silveira Lopes, Solon Borges dos Reis, Jacob Salvador Zveibil e Nadir Kenan que as escolas, de modo geral, estão em completo abandono, com falhas graves, causadoras dos mais desfavoráveis resultados.

DESPERDÍCIO DE MILHÕES

A falta de planejamento por parte da Secretaria da Educação, é, que vem de muitos anos, faz com que se gastem



RAUL SCHWINDEN

milhões de crêditos inutilmente. Assim, enquanto a Secretaria da Educação concede bolsas de estudos para escolas particulares, milhares de vagas nas escolas oficiais não são preenchidas porque não são divulgadas a existência das mesmas. Por outro lado em determinadas escolas, os professores, centenas de alunos não foram matriculados por falta de vagas. Em muitos prédios, numerosas salas não foram ocupadas. Exemplo típico é o Instituto de Educação Chateaubriand de Campos que, há muito, praticamente permanece desocupado, enquanto centenas de jovens que trabalham no centro da cidade não têm onde estudar.

EQUIPAMENTO

Das 76 escolas pesquisadas nas Capital, 45 não possuem... (Continua na pag. 7)

A UNE NÃO MORRERÁ

(ULTIMA PAGINA)

RECADO AOS PATRIOTAS

PAGINA 2

JUSTIÇA DERROTA ARBITRIO

(ULTIMA PAGINA)

O PAÍS EM QUE VIVEMOS

PAGINA 4

O MOVIMENTO DE ABRIL E A SITUAÇÃO SINDICAL

PAGINA 2

SALA "JOAO MANGABEIRA"

A Câmara Municipal acaba de promulgar a resolução, n.º 244, que dá a denominação de "Sala Mangabeira" a sala da banca socialista. A resolução promulgada pela mesa da edilidade estabelece que: Passa a denominar-se "Sala João Mangabeira" a sala onde se acha instalada a Banca Socialista da C.A. de São Paulo, e que a placa denominativa, que será confeccionada em bronze, conterá os seguintes dizeres: "SALA JOAO MANGABEIRA" — DEMOCRATA SOCIALISTA LIDER DO PSB.

P.S.B. CAMINHO NATURAL DAS ESQUERDAS INDEPENDENTES

MORAIS JR.
(II)

Na edição de FOLHA SOCIALISTA de dezembro publicamos um trabalho, de que este artigo é o prosseguimento, e no qual procuramos demonstrar, em síntese, a seguinte existência: duas forças organizadas no plano da esquerda brasileira, o Partido Socialista e o Partido Comunista; e o Partido Socialista é o único instrumento concreto para uma política de massa não obediente (e em múltiplos terrenos conflituante) à orientação do movimento comunista; e os agrupamentos em que se divide a esquerda nacional, tristemente, não são, politicamente, um quadro de concepções e um núcleo de objetivos de tal forma aproximados da posição do P. S. B. a ponto de justificar conservarmos uma linha de esteril isolamento (mais que autonomia) quando melhor e mais eficazmente lutaríamos por suas metas integradas em nosso partido.

O letrado, espantado, talvez não invadido de ideias, e por isso de atualidade a tese que acaba resumimos. Bem, ao contrário, as novas condições criadas, com a degradingada dos costumes e dispositivos egoísta, malista e progressista, mais a preservação do Partido Socialista como organismo legal, colocam para os setores não-comunistas da esquerda brasileira já agora não apenas a "coagulação" de interesses no P. S. B. mas a "compulsoriedade" de seu encaminhamento. Condições de por duas razões fundamentais e óbvias: 1) a unificação de forças é um imperativo claro da situação vigente; 2) o trabalho dos pequenos grupos é grandemente menorar a descoberto de um trabalho conjunto em outras palavras, a sua brevidade, a falta dos pequenos agrupamentos só lhes poderá ser garantida com sua adesão ao P. S. B.

Não obstante, com a mesma enfase na parte inicial deste trabalho, trabalho, destinado em que, caso alguma das forças independentes (face à corrente comunista) no Partido Socialista não decore da necessidade objetiva de se abrigarem nas concretizações atuais, sob uma cobertura legal, aparentemente. Uma adesão de ordem seria uma situação formal, sob a aparência de um sistema confederativo, e que estaria longe de se tratar com a ideia por nós defendida. Com efeito, não apenas uma integração formal das esquerdas independentes ao Partido Socialista, porém, uma integração efetiva das mesmas em um movimento que lhes possibilite condições de trabalho mútuo interno e que lhes permita, com um mínimo onde possível, posição de independência-comunista, tem a convicção. Uma adesão que não implique essa integração efetiva baseada na amplitude do programa socialista e na ampla participação interna que se realiza no partido não será útil nem para o grupo aderente, nem para o próprio interesse do P. S. B. nem para o movimento de esquerda em geral. Ao primeiro porque ficará submetido a uma disciplina de trabalho que lhe será a execução decorada, da de suas tarefas particulares; ao segundo, pelas dificuldades

que derivarão do deslocamento, em seu curso de marcha, de uma fração com curso de marcha diferente, ao curso por que a existência de pontos lúbulos, mas nebulosos, é pior do que a existência de muitas mais ou menos definidas.

DEFINIR PARA ATRAIR
Não deixamos de acentuar no trabalho anterior que, se o Partido Socialista pode ser considerado, em tese, como detentador natural das esquerdas independentes, objetivamente estas somente se aproximam na medida em que o P. S. B. se afirma como força independente. As razões desta afirmação são muito claras, nenhuma organização se resolve a diluir-se nas aguçadas socialistas, sem estar plenamente segura da pureza e da real

independência dessa corrente. Um grupo católico de esquerda, para que não se alienará sua independência, como ingratas no P. S. B., para aqui encontrar também uma independência alienada, isto é, para verificar no Partido Socialista uma organização submetida à orientação de uma terceira, principalmente se esta outra organização possuir um programa colidente com as posições e concepções de um grupo estável, o que não acontece com o programa do P. S. B. Qualquer outro grupo inclinado a integrarse no Partido Socialista, aliás, deixaria de fazê-lo se continuasse ser o P. S. B. uma organização caudatária, já por sua que efetiva e intencionalmente os socialistas aceitem um comando estranho a sua própria

direção, já porque, à míngua de uma orientação teórica precisa, os socialistas não têm na prática, por ramos muitas vezes mais condizentes com o ideário de outros partidos do que com o seu próprio. Se o P. S. B. não provar ao grupo virtualmente aderente um sentido de independência pronunciado e insuspeito, não exercerá sobre ele atração capaz de levá-lo à decisão de consumirse como organismo autônomo, integrando-se nos quadros socialistas.

Essa necessidade de possibilitar uma identificação segura de nossa autenticidade como força independente foi objeto de exame na última convenção nacional do P. S. B., presidida ainda pelo saudoso Dr. João Mangabeira. Deixei exame realizou claro que os socialistas de

SAUDAÇÕES
o Gilberto Gigante
o Secretário
o José Eduardo Chapon de Oliveira
Presidente

NOTA DA REDAÇÃO:
A despeito de vir assinalado por um cidadão que se diz gigante, a carta acima é vazada em termos mecores, rasteiros e mesquinhos; o estilo é bem um traço da cutividade da estatura moral e mental dos signatários; as considerações ali contidas tomaram endereço errado — os socialistas não pertenciam ao mesmo depósito, nem se tem conhecimento de que qualquer membro do P.S.B. haja sido, em todo país, acusado de corrupção. Publicamos a carta, que nos enviaram de Petrópolis, certo de que o intuito estudiantil nela impresso não limbra por ser verdadeiro, na medida em que não traduz o opinião autenticamente democrática dos estudantes de medicina de Gaucha. Publicamos a carta que ficou aliada uma vez registrada a orientação liberal desta folha, onde tem e terão abrigo todos os pontos de vista, mesmo aqueles, como o retratado na carta em tela, que não primem pela educação de lin-

guagem e de gramática, nem apresentem ideias dignas de uma apreciação mais séria. As referências provocadoras e surradas a regimes por que não somos responsáveis, quanto às deformações, injunções e exageros nela, porventura existentes, são mais expressões de um equívoco ou (mais provavelmente) manifestações do consternado não. Relativamente a denúncia formulada contra o jornal e a renúncia às autoridades de nosso valoroso (realmente) Estado, devemos esclarecer que a polícia de São Paulo já toma providências contra a FOLHA SOCIALISTA, deixando, em sua diligência e presteza, o delatório de alcaguetas de longinquas províncias. Convidamos os signatários a um debate mais franco, a respeito do dilema que se oferece para o Brasil de hoje: a volta à liberdade, à normalidade constitucional, à democracia, que é a luta deste jornal; ou a preservação e o apostrofo a todos os tendentes fascistas, opressores, ditatoriais, que é a preocupação dos dois mal informados e mal formados, dos dois bajuladores e subidos, que nos causam, constantemente, sentimentos de sincera consternação.

(CONTINUA NO PROXIMO NUMERO
QUESTÕES PARA DEBATE)

ALCAGUETES

Do Centro Acadêmico Leopoldo de Faria da Faculdade de Filosofia na Universidade Católica de Petrópolis, recebemos a carta abaixo transcrita em sua íntegra.

Recebemos, com desgosto, uma exemplar do panfletinho Folha Socialista, que supreende pela falta de originalidade e pela incoerência de seus conteúdos. Veremos, porém, mais inintencionalmente, o tempo que a Patria realista de seus filhos para recuperar-se e para reabilitar-se.

Permitam-nos, senhores diretores, expormos o nosso pensamento: aceitamos o desafio de intercâmbio e de ventidões e nada nos demonstrar a disposição de lutar pelo Brasil e pela democracia. Somos fracos; gente como a de senhores defendem da qual não culpamos e caudatários, não a vergonha, a demagogia.

Sua primeira e tenaz publicação, subversiva a este Centro, Mandando-nos para a Hungria, para a Polónia, para a Checoslováquia. Pode ser que já ainda exista algum publicamente estúpido para acreditar nas suas farsas e para apoiar as suas falácias.

Dar-nos apenas os principais dados.

1) Os incendiários da conspiração (não contra Goulart; mas, contra o regime democrático brasileiro) foram, principalmente, duas figuras: Paulo Ayres Filipe e Teodoro Brandão. O diretor do Instituto Pinheiros, indústria farmacêutica de capitais americanos, é, Gilberto Huber Jr., diretor da empresa americana Listas e Teodoro Brandão. Começaram suas atividades em janeiro de 1960, ao fim do governo Kubitschek. A eles se juntaram, posteriormente, João Batista Leopoldo Figueiredo ex-presidente do Banco do Brasil (de cuja diretoria Paulo Ayres passou também a fazer parte), e um grupo de homens de negócio. Entre eles são citados, na reportagem os sr. William

Marcelo, apenas os principais dados.

2) O articulador militar do grupo foi o então coronel Rubens Bastele, que participou da conspiração e correu o Brasil infiltrando os militares.

3) O grupo civil que buscou apoio financeiro para a operação e cobertura política, juntou a burocracia parlamentar, foi liderado "principalmente" — diz a revista — pelo sr. Jeru de Mesquita Filho e era constituído, principalmente, por Filipe de Almeida Prado, Adalberto Luiz Werneck e João Adilino Prado Neto.

4) Somente a família Mesquita — diz a revista "Fortuna" — dispunha 10.000 (dez mil) dólares na aquisição de

armas leves e metralhadoras de mão, para a ofensiva contra eventual resistência aos situacionistas.

5) Pouco antes do golpe, com tudo já preparado, inclusive abastecimento de São Paulo, os conspiradores tiveram um sr. Lincoln Gordon, Embaixador norte-americano, um embaixador para saber qual a posição dos Estados Unidos. O Embaixador foi muito cuidadoso e diplomático, mas garantiu aos conspiradores que o seu país reconheceria o golpe e viria em seu auxílio "se os Paulista resistissem 48 horas, pelo menos". Isto, em qualquer país do mundo, chama-se interferência nos assuntos internos e, com outra Nação, produziria no mínimo o rompimento de relações.

6) O grupo civil que buscou apoio financeiro para a operação e cobertura política, juntou a burocracia parlamentar, foi liderado "principalmente" — diz a revista — pelo sr. Jeru de Mesquita Filho e era constituído, principalmente, por Filipe de Almeida Prado, Adalberto Luiz Werneck e João Adilino Prado Neto.

7) Somente a família Mesquita — diz a revista "Fortuna" — dispunha 10.000 (dez mil) dólares na aquisição de

armas leves e metralhadoras de mão, para a ofensiva contra eventual resistência aos situacionistas.

6) O grupo civil que buscou apoio financeiro para a operação e cobertura política, juntou a burocracia parlamentar, foi liderado "principalmente" — diz a revista — pelo sr. Jeru de Mesquita Filho e era constituído, principalmente, por Filipe de Almeida Prado, Adalberto Luiz Werneck e João Adilino Prado Neto.

RECADADO AOS PATRIOTAS

Recadado aos patriotas. Todos os patriotas, inclusive os do Exército Brasileiro, devem procurar se informar sobre um artigo publicado na revista "norte-americana" "Fortuna", sob o título: "When executives turned revolutionaries", ou seja, "Quando homens de empresas se transformaram em revolucionários".

Ali se conta a história de como diretores de empresas norte-americanas instaladas no Brasil criaram as condições para o movimento de 13 de abril, conspirado contra o Governo então constituido e arrastando grupos de oficiais na conspiração, através de vários expedientes.

O artigo é longo e seu texto completo não pôde ser transcrito em pouco espaço.

Recadado aos patriotas. Todos os patriotas, inclusive os do Exército Brasileiro, devem procurar se informar sobre um artigo publicado na revista "norte-americana" "Fortuna", sob o título: "When executives turned revolutionaries", ou seja, "Quando homens de empresas se transformaram em revolucionários". Ali se conta a história de como diretores de empresas norte-americanas instaladas no Brasil criaram as condições para o movimento de 13 de abril, conspirado contra o Governo então constituido e arrastando grupos de oficiais na conspiração, através de vários expedientes. O artigo é longo e seu texto completo não pôde ser transcrito em pouco espaço.

Recadado aos patriotas. Todos os patriotas, inclusive os do Exército Brasileiro, devem procurar se informar sobre um artigo publicado na revista "norte-americana" "Fortuna", sob o título: "When executives turned revolutionaries", ou seja, "Quando homens de empresas se transformaram em revolucionários". Ali se conta a história de como diretores de empresas norte-americanas instaladas no Brasil criaram as condições para o movimento de 13 de abril, conspirado contra o Governo então constituido e arrastando grupos de oficiais na conspiração, através de vários expedientes. O artigo é longo e seu texto completo não pôde ser transcrito em pouco espaço.

Recadado aos patriotas. Todos os patriotas, inclusive os do Exército Brasileiro, devem procurar se informar sobre um artigo publicado na revista "norte-americana" "Fortuna", sob o título: "When executives turned revolutionaries", ou seja, "Quando homens de empresas se transformaram em revolucionários". Ali se conta a história de como diretores de empresas norte-americanas instaladas no Brasil criaram as condições para o movimento de 13 de abril, conspirado contra o Governo então constituido e arrastando grupos de oficiais na conspiração, através de vários expedientes. O artigo é longo e seu texto completo não pôde ser transcrito em pouco espaço.

VER A VERDADE

Existe ainda neste país muita gente, até regularmente politizada, que se escandaliza com o espetáculo cotidiano da "incoerência governamental". Após cada discurso do presidente da República, ocorrem fatos que revelam uma atitude inteiramente contrária ao sentido das palavras expressas. Falas-se em Salvador ou ailleurs, que a Nação entra definitivamente no regime da lei e da justiça. A opinião pública se ressurta, acalentando fagueiras esperanças de dias melhores para a pátria. Horas depois o comando da satrapia do Nordeste invade a Assembleia Legislativa e prende três ou quatro deputados. Indignação no Alvorada. Embarsoes são enviados para "veludizar os fatos".

E os fatos, esses fenômenos terrivelmente elucidadores, são analisados, examinados, julgados. Ao cabo chegam-se à fatal conclusão: os invasores, da Assembleia federal ou dos municípios, não estavam, fundamentalmente com a história do seu lado. As vítimas eram corruptas, mesmo; ou subversivas, mesmo. Tinha-mos, os homens da "Revolução", razões de sobra para invadir o parlamento estadual, obrigar os demais deputados a conceder licença para processar os subversivos e corruptos, para amear de prisão os que não obedecessem etc.

Depois, novo discurso em que se reafirma a majestade da Justiça sobre tudo o mais. Logo a seguir, tomamos de novo o furor no "revolucionário" e, à testa de outros, invade e prende os membros da Câmara Municipal de Bragança no tomboquô Paris.

Volta-se, nas salas presidenciais, nas academias, a falar da Justiça e na Lei. Verificamos, então, que o governador do Estado de Goiás deve ser destituído. Alguns solertes representantes da chamada "linha dura" foram terríveis acusações. Ocupasse nitidamente o Estado. Um famoso aviador baderneiro executou vinte ruzantes sobre a capital e outras cidades. Então, proclama-se novamente que a Lei e a Justiça serão respeitadas. A Justiça se pronuncia, em memorável sessão, que passa à história como um documento de serena respeito à Constituição.

Es que caem os raios do Olimpo. E depois de pronunciamento da Justiça, fuzile a intervenção. Tudo o que fora dito ficou para não dito. Falas-se em respeito ao Congresso; interminam-se os presidentes de ambas as casas do Legislativo.

Em face dessa incoerência, as almas puras se afunam. E procuram-se dar explicações sobre explicações, para demonstrar que existe uma "linha dura", muito valente, que faz as coisas de tal modo que a linha branda, cotada, deve no fim das fins, acastilar e justificar.

O povo sente, porém, que não há incoerência alguma, nenhuma contradição, nada que possa indicar a existência de "linhas duras" ou "brandas". Compreende-se já que existe uma única linha, no governo da República a que tem origem na classe que criou o movimento, e que detém o poder. A classe dos latifundiários, dos grandes capitalistas, dos agentes do imperialismo e dos grupos econômicos.

A nação foi profundamente dividida, para que essa classe conquistasse todas as pedras do poder e do super-poder, a fim de ditar as suas leis sem oposição. Para representá-la, essa classe utilizou-se a um dispositivo científico dos atuais mandantes: "ser" científico, assim conforme a lógica de sua formação e de sua mentalidade.

Tratava-se de unificar os elementos no poder. E foi preferível, para esse governo, partir genericamente de "socialistas" que outros extremados de alguns de seus membros, a chamá-los à ordem, pois desta forma, poderiam falar-se através atrevido dentro do quociente de força, as suas, por sua vez, para a simplificação, bandeira verde para todos os violências, todos os abusos de poder, todos os enalidos e todas as mentiras.

Na realidade, quem destruiu a bandeira verde está colocado no lugar exato de onde se pode agita-la. As invadidas, as prisões, os desrespeitos à lei, a condição humana, a dignidade do homem, tudo, são coisas permitidas desde o início. Não há condições nem incoerências nesta situação. Incoerência existe entre aqueles que ainda são incapazes de ver a verdade.

NOTAS EM TORNO DOS FATOS

Linha Mole e Linha Dura — O episódio de Goiás veio demonstrar terminantemente que a existência de uma linha branda ao lado de outra rígida, no esquema de intenção e método do governo "revolucionário", era pura fantasia. Foi uma ilusão, um erro de interpretação, uma ingenuidade — que não cometeu, os socialistas, totalmente acreditado que tudo aquilo o governo fez de por-fé (e que alguma coisa fez de melhor) era produto das pressões exercidas por um grupo minoritário sobre o grupo majoritário, liderado pelo Presidente, e que, após a realidade não desejada, no fundo, se não tirou algum tempo. Essa dicotomia de "linha dura" e "mole" é uma ficção, que certos setores criaram para apaziguar os próprios temores, talvez. A quarantela de abril é "linha dura" e "mole" O Presidente é linha "dura" O Presidente é linha "mole", sempre foi tornada cada às mãos. A diferença que existe entre o Cel. Coimbra e o sr. Castello Branco é que aquele desejava, apesar do poder goiano, o Sr. Mauro Borges e o segundo interveio no Estado de Goiás, nomeando para o exercício da interventoria alguém que não o Sr. Mauro Borges. Uma palavra: o coronel queria o Sr. Mauro Borges fora do Palácio das Esmeraldas pelo força e logo no dia dois de abril já o marcial queria também o mesmo destino, só que no momento certo. O sr. Castello Branco é a linha dura com tuvas de belica, a Cunha Melo e o Ibaia. Já a linha mole, a linha de maior firmeza de posição, é o Sr. Mauro Borges, ao mesmo o Governador de São Paulo tem direito a continuar embalsamado a dois braços de que o Sr. Castello Branco aplica melhor influência, da qual o Sr. Mourão Filho.

Goiás e Goiás — Há neste país, como em toda parte, a gorla e o gorila. Há o gorila que anda vestido de gorila com roupa do primo esquilão. O primeiro tipo é o mais simpático, mais autêntico. É o tipo que não tem vergonha de escrever a fera catadora. O segundo tipo é positivamente antipático. É o tipo que não se dá conta de estar a fazer a família dos sinhos antropomórficos, embora não lhe desagrade proceder como os espécimes mais horrendos da Tera sem profunjo, e assim agitando por naturalizar entre os sinchos com a desmascarada de seus fins, mais legítimos. Costam do tipo gorila, de volta de gallo em gallo, gestam de emitir os formidáveis gritos da raça, mas não gostam da cura da raça. Então, que fazem? Simples: continuam a tribulação com misturas de feições humanas aliadas às feições canina, carnívora. É o caso de um gorila muito novo conhecido, atualmente empoleirado nos atalhos do Ministério da Justiça. Esse gorila sempre teve um bruto contato com a natureza, nasceu e desde menino não viveu em uma das suas máscaras re-

feridas. Chegou mesmo a apertar uma criança humana, um certo desprezo pelo resto da tribo; já vezes até se atrevia com a fruição de seus iguais, com a sua falta de modos, com o presidente de seus braços. Mas não jurava, não tinha a própria natureza, não escapa ao fatalismo da biologia. Passa à vida mirando-se e reatando-se no espelho, exaltado com a beleza da máscara que lhe recende o pelo e as penas e as ventas. A noite, no entanto, ao pé da árvore onde os gorilas vem estepar os corpos, enquanto as jovens buscam pilhões entre a pelagem das criss, esquadricam a esteira com macaca, trufando rubicundo a vez que escapa da bocarra do gorila vizinho. Acaso essa descrição lembra o sr. Milton Campos? Ah o senhor defende o bacharel do direito pelo gress, o formidável campeão da postura azulada, o gorila bem fantasiado de gente no carnaval da hipocrisia.

Vigilância e Nôel — O deputado Marcos Melega, detido da tribuna da Câmara dos Vereadores da Capital, o fechamento das Casas Legislativas de todo o país. A atitude desse coronel da "terça vigilância" é mais uma prova de que é absolutamente correto a possibilidade de que a Assembleia Nacional Constituinte não seja apenas não invista o prêmio Nôel de Hipocrisia, porque usa-vina a provar uma luta sangrenta dentro da U.D.N.

INCONTINÊNCIA E VERDADE

— O único aspecto positivo de uma explosão de ânimo é que nela os venenos escapam. Quem se deixa levar pela incontinença de difusão e palavras, agrade, humilha, comete injustiças de toda ordem. Mas, no meio de tudo, larga uma confissão, detta escapa uma verdade. Foi o caso da última crise psicológica do governador Carlos Lacerda. Através do Supremo Tribunal de Justiça, esclareceu da lei. Mas, lá pelas tantas, deixou escapar uma confissão absolutamente interessante: admitiu que a verdade está sob o controle do "Constituinte". A "Constituinte", para quem ignora e era expressa especializada em atividades administrativas, preferentes, aos Atalhos Bábados, Roberto Campos e Tribunal a principal autoridade da "Constituinte" é planejada os investimentos de capitais estrangeiros no Brasil. Logo, pela lógica do sr. Lacerda, o governo está sob o controle dos grupos capitalistas internacionais. E é verdade incontestável. Uma verdade que realizou seu efeito, e enquanto a coisa correva, não há surpresa geral, inclusive e principalmente do próprio

VIDA PARTIDÁRIA

NOVOS DIRETORIOS MUNICIPAIS

CAMPOS DO JORDAO — Presidente — Primo Martinelli; Vice-Presidente — Terezo T. de Araújo; Secretário Geral — Manoel F. da Costa; Lo Secretário — Armando Lopes; Propaganda — João de Souza; Secretário Sindical — Praxedis J. da Silva; Secretário de Propaganda — Ramiro C. Formiga; Membros — Carlos Lopes, José L. Queiroz, Adriano Lopes, Quevedo A. F. de Azevedo, Joel Rodrigues de Lima, Oscar do Prado Mota e José Ferreira de Lima.

va; Secretária Geral — Wanderlei Rodrigues Dourado; Tesoureiro — Alípio Cantillo de Oliveira; Lo Secretário — Antonio de Matta e Silva; Secretário de Propaganda — Manoel Gomes Tavares; Secretário de Cultura — José Carlos Sobrinho; Secretário Sindical — Isaac Severiano de Oliveira; Secretário de Organização — José Joaquim Moreira; Membros — Francisco de Souza Mendes, Orlando Dias Meneses, Teodoro Botelho Dourado, Sebastião Gonçalves, João Pereira Neto, Herculano Andréa, José Dias

PACAEMBU: Presidente — Ataliba Alves Nogueira; Vice-Presidente: José Marcelino da Sil-Tavares.

Expediente

FOLHA SOCIALISTA

Órgão oficial do Diretório Regional de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro (Presidente: Fálvio Aframo) — F.S.B.; Diretor-Responsável: Luiz C. Braga — Redação: Praça Carlos Gomes, 169, sobrelaja — Assinatura Anual: 1.500,00 — Preço do exemplar: Cr\$ 100, — Toda correspondência ou colaboração à FOLHA SOCIALISTA deve ser enviada ao endereço da Redação. AS COLABORAÇÕES ASSINADAS SÃO DE INTERIA RESPEITO À LIBERDADE DOS AUTORES E NÃO RECEBEM O PENSAMENTO OFICIAL DA REDAÇÃO NEM DO DIRETORIO REGIONAL DO P.S.B.

Um Quadro da Realidade Institucional Brasileira

Peça própria palavra dos seus líderes mais importantes, a "Revolução" de 10 de Abril precisa ainda ser explicada ao povo. Parece que este, muito obtuso no entender daquelas, ainda não percebeu a que veio aquiescer. Além disso, os compromissos da cúpula do movimento têm, na qual, a sua própria e doméstica interpretação das suas causas e consequências. Esta implantada a barbúria e, enquanto aqueles, estes e estes não se entendem, convém que nos seus orientamentos de acordo com os fatos e os registros com objetividade e critério. A primeira questão a resolver, para nos polarmos em meio ao espólio, a verificar em que patrivivência ou seja qual a seus businas que dão, a este território ocupado pelas coortes de 10 de Abril, a sua feição constitucional ou institucional.

DA ORGANIZAÇÃO FEDERAL
Os Estados Unidos do Brasil liquidaram, mercê da obra do comando chamado revolucionário, o regime representativo, uma vez que senhores deputados, vereadores, prefeitos, vice-governadores, governadores e presidente da República, tiveram seus mandatos cassados. O poder não mais emanou do povo, mas das forças que o tornaram a nuque.

A União, por sua vez, não mais compreende os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, pois foi dividida em comandos militares e assim configuradas: Norte, sul, o comando do general Bizarrá Maquede; Nordeste; sob a satura-

ção do cel. Hlaspina e parceriros; Centro, em disputa entre vários elementos sucessores de Mourão e Guédés; Guanabara, delegação policial de Carlos Lacerda; São Paulo e adjacências, nim jógo de influências entre figuras políticas, velhas e da nova guarda, hierarquias verios da Aeronáutica, capitães de mar-e-guerra, etc. Sob distribuição entre Leo Eulenberg e o comando militar local. O Distrito Federal e entidade abstrata, polida por milícias mineiras. O território são sub-consultados.

As competências da União são muitas e estão inscritas no art. 17 da Constituição de 1936, o qual deve ser lido com muita atenção, pois deve ser entendido exatamente no sentido do que proclama pois de outro modo, não teria sentido a Nova Ordem. Assim, manda o modelo triplo da União os interesses nos Estados, porém, há perigo de guerra, invação estrangeira, guerra civil, desastre, peito ou livre exercício dos poderes estaduais. A Nova União, porém, pode intervir em qualquer motivo ali contido. O Senado, a quem cabe aprovar os atos da União neste particular, não deve ser ouvido nem chegado.

Artigo 18 da Constituição estabelece os poderes da grande rede de poderes. Deve, entretanto, entender-se que os únicos que lhes restam são os de perseguir os inimigos políticos dos respectivos governos, quando estes não pertencem à ordem dirigente e obedecem às ordens do pró-coneque e de-

miss prepostos do governo da União. Inclusive no direito de cobrança de impostos há dúvidas sobre se permanece livre, de vez que se pode intervir em qualquer rebercedoria de rendas, manu-miliária. Os Municípios devem calar a boca, a não ser para exercer mandatos de vereadores e prefeitos, a pedido das autoridades locais ou sub-locas militares ou civis. Há exceções quanto ao uso de direitos e deveres dos Estados e Municípios. Por exemplo, o Estado da Guanabara pode contrair empréstitos externos, sem previa autorização do Senado Federal, e legislar sobre impostos do modo que bem entender, etc.

O PODER LEGISLATIVO
Exercido pelo Congresso Nacional, mas mandado pelo poder executivo, faz o que lhe mandam. O mesmo ocorre, com frequência, nos Legislativos estaduais. Vejamos os casos recentes do Amazonas Central, etc.

Os deputados e senadores são violados no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras ou votos, podem ser presos enquanto estiverem em processo, ainda que não seja por crime inafiançável, e podem ser processados criminalmente. Os Ministros comparecem perante a Câmara Federal e o Senado para "imputarem as suas instruções".

A Câmara dos Deputados é formada de representantes eleitos nas listas de titulares e suplentes, pelos embaixadores do poder, através do processo de eliminação.

O Senado, idem. Os Legislativos Estaduais e Municipais, idem, idem. O poder de Senado, de impor penas de perda de cargo com inabilitação para o exercício de qualquer função pública, limitada, porém, até cinco anos, foi revogado; o executivo impõe penas de 10 anos. As atribuições do Poder Legislativo restringem-se, praticamente, a de assessorar o Poder Executivo.

DAS LEIS
A elaboração dos projetos de lei entre a Câmara, o Senado e a Presidência da República foi mantida, tendo, porém, os parlamentares, apenas 30 dias para aprovar. Se não o fizerem, elas são consideradas automaticamente aprovadas (quando precedentes do Executivo). A facção governista da Câmara pode, pois, mediante um ainda permitido processo de obstrução, fazer aprovar todas estas iniciativas e aprovações.

DO ORÇAMENTO
Continua a barbúria tradicional e é alterado no meio do exercício, à vontade das autoridades superiores.

FOGUE EXECUTIVO
Mantém todos os seus prerrogativas e outras funções que lhe foram conferidas pelo Ato Institucional, principalmente a de modificar a Constituição de acordo com as conveniências do próprio ou Conselho de Segurança Nacional, o qual foi dotado de vários poderes executivos e legislativos, além de diplomáticos, militares, policiais, etcos, morais, políticos, religiosos e outros.

DOS MINISTROS DE ESTADO
aumentou o custo de vida. Assim, se o custo de vida sobiu, o salário com os índices oficiais sobiu, mas o índice de 1946 é de 184,61%. Não haverá reajustamento algum. Se subir de 40%, o ganho, e reajustamento será apenas de 20%.

Esta política salarial que pretende chamar de economizante dos trabalhadores, está sendo imposta a todo país. Para os trabalhadores dos repartições públicas e autarquias federais e para os que trabalham para firmas e em contratos com o governo, foi inventado uma fórmula bastante complicada que em sua essência se reduz a dois pontos: 1 — não se haverá aumento de salário antes de um ano depois do último reajustamento; 2 — as elevações salariais serão inferiores ao aumento do custo de vida verificado desde o último reajustamento e o aumento de salário não poderá ser superior ao aumento de custo de vida. Toda essa fórmula só tem um objetivo: impedir que os trabalhadores possam obter um aumento de salário maior que 50% de aumento, obtendo de fato uma redução de quase 12% no poder aquisitivo do seu salário. E ainda, mais, o reajustamento salarial que já se tornou impossível nos últimos anos, não será concedido, só será concedido se o custo de vida tiver se elevado de mais de 20% e, assim mesmo, não haverá exceção a mais que a metade deste

Mantém todos os poderes, ainda bastante ampliados, como no caso do Ministro da Educação, que tem também o Grande Inquisidor e Rasgador de Livros, e dois socos da "Consulte". Estes podem alienar os bens patrimoniais da Nação, suspender os dispositivos de defesa de economia nacional comprar ferro-velho a peso de valor-vulgar (desde que o ferro velho seja portuário, riário) etc.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Fez-se eficientemente para penalizar as autoridades por não ter liberdade de não obedecer aos seus ditames.

JUIZES E TRIBUNAIS
Embora não haja disposição livremente do mais poderoso instrumento de decisão, que é o "habens-corpus", há ainda juizes e tribunais no país que firmam em não aderirem à NOVA ORDEM. E alguns de há, que o "habens-corpus" compõe a ser novamente concebido em algumas ocasiões, com notável e dignificante exemplo de coerência e coragem. Os Tribunais do Trabalho sofrem maiores restrições. Eles ainda não podem ser presos por exemplo, nas dependências sem indenização que centenas de empregados estão praticando, nem na redução de salários, como acontece no Nordeste, em São Paulo e outros locais.

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS
A nova constituição, inatual, não assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no

Estados, o respeito da renovação de acordos salariais de importantes categorias de trabalhadores. Em circunstâncias como as que prevaleceram até agora, se não seria de se esperar que os reajustamentos correspondessem ao aumento de custo de vida e que os setores "antigos" tivessem contido alguma diáspora de reajustamento salarial durante a vigência dos acordos. Mas, a política da "revolução" de 10 de Abril, esta situação mudou muito. Praticamente em todos os sindicatos de maior importância houve interrupção as negociações legítimas e estas, por se asseverado foram desvirtuadas, sendo os colocados em seu lugar, pessoas que respondem apenas perante as autoridades "revolucionárias" e que não tem nenhuma ligação com os antigos representantes dos trabalhadores. A situação mudou também no que diz respeito ao tratamento que se dá aos sindicatos — que agora representam apenas a vontade dos seus dirigentes e não dos seus membros.

Neste sentido, não nos podemos iludir e o que aconteceu com as muitas empresas e com os sindicatos de trabalho, prova de que não há nada de novo sob o sol. O governo anulou esta situação e contratou milhares de trabalhadores de outras partes do mundo, e isto, a ponto de não permitir que eles, os trabalhadores, possam exercer os seus direitos e interesses dos sindicatos respecti-

vos proletários e que nada obtiveram, em lugar de condutividade, são obrigados a lutar por algo que é seu direito, resolverem pedir demissão de seus cargos. Isso não muito bem como as intervenções são, pleiteando o pagamento de seus interesses dos trabalhadores. Mas o episódio mostra ainda uma outra faceta da questão: a política salarial do governo dito "revolucionário". Quando alguém não consegue abrir a boca, é para demonstrar claramente que se esteja falando de "compartilhamento de salários". Porém, o sr. Roberto Campos de Oliveira, Ministro do Planejamento, já não faz e afirma que o governo não quer que os salários sejam reajustados em proporção ao aumento do custo de vida. E a realidade mostra que quem ganhou é o Ministro do Planejamento. O processo está sendo manipulado em benefício dos salários reais dos trabalhadores. O caso de as aeronaves e aeronautas foi o primeiro e mais importante. Mas se há alguma coisa que não é diferente também, não é tratamento e cobertura, está disposto a substituir a indústria de um contrato assinado e em vigor, que possibilita a paridade de remuneração das aeronaves das empresas particulares com as das aeronaves e empresas públicas, que também na prática, recebem os salários dos primeiros. Com os políbios parte fundamental, a maioria dos trabalhadores governamentais "revolucionários" e do Ministério da Viação, cujo titular é o ex-tenente e democrata-convulso, Marechal Juarez Távora está empobrecido em diminuir os salários dos primeiros, com redução que atingiu 10% e os políbios chegam a 80%.

Acresce no entanto, que o processo de reduzir salários e custos salariais de diversas empresas e muitas vezes e da mesma na vata. As autoridades "revolucionárias" têm um plano mais simples de reduzir os salários dos trabalhadores e a redução de preços, mediante a corte de subsídio à importação e a elevação dos impostos, e ao mesmo tempo impedir que os salários sejam reajustados de acordo com o aumento do custo de vida. E o que aconteceu com o sr. Roberto Campos de Oliveira ao falar em "inflação controlada". O governo dos "revolucionários" de 10 de Abril, por meio de um índice de inflação, não conseguiu fazer concretos. Os metalúrgicos e bancários do Rio de Janeiro, que saluário reajustado de acordo com uma fórmula complicada pelo Ministério do Trabalho, para qual haverá um aumento de 10% de salário, a partir de 1º de agosto, com um teto máximo de 50 mil cruzeiros. Mas aqueles que somente os trabalhadores que assinaram os contratos de trabalho, não foram reajustados de acordo com o aumento real do custo de vida. Toda essa fórmula só tem um objetivo: impedir que os trabalhadores possam obter um aumento de salário maior que 50% de aumento, obtendo de fato uma redução de quase 12% no poder aquisitivo do seu salário. E ainda, mais, o reajustamento salarial que já se tornou impossível nos últimos anos, não será concedido, só será concedido se o custo de vida tiver se elevado de mais de 20% e, assim mesmo, não haverá exceção a mais que a metade deste

aumento, o custo de vida. Assim, se o custo de vida sobiu, o salário com os índices oficiais sobiu, mas o índice de 1946 é de 184,61%. Não haverá reajustamento algum. Se subir de 40%, o ganho, e reajustamento será apenas de 20%.

Esta política salarial que pretende chamar de economizante dos trabalhadores, está sendo imposta a todo país. Para os trabalhadores dos repartições públicas e autarquias federais e para os que trabalham para firmas e em contratos com o governo, foi inventado uma fórmula bastante complicada que em sua essência se reduz a dois pontos: 1 — não se haverá aumento de salário antes de um ano depois do último reajustamento; 2 — as elevações salariais serão inferiores ao aumento do custo de vida verificado desde o último reajustamento e o aumento de salário não poderá ser superior ao aumento de custo de vida. Toda essa fórmula só tem um objetivo: impedir que os trabalhadores possam obter um aumento de salário maior que 50% de aumento, obtendo de fato uma redução de quase 12% no poder aquisitivo do seu salário. E ainda, mais, o reajustamento salarial que já se tornou impossível nos últimos anos, não será concedido, só será concedido se o custo de vida tiver se elevado de mais de 20% e, assim mesmo, não haverá exceção a mais que a metade deste

O governo está evitando esta sua determinação de reduzir o poder aquisitivo de toda a classe operária a um extremo que não há necessidade de ser publicado publicamente anunciado. Mesmo que as empresas que geralmente não se mostram inclinadas a elevar os salários ou pagam a seus empregados, resolvam conceder algum re-

ajustamento espontâneo, o governo se penaliza, proibido que tal reajustamento figure nos índices oficiais, e isto, em observância do prego "controlado" pela SUNAB e o que aconteceu, ainda recentemente, com a indústria automobilística. A SUNAB declarou que só aceita como justificativa para reajustamento dos preços, dos carros, aumentos de salário realidades de dissídios coletivos. Es al um governo mais patronal que os outros.

Quais serão as consequências desta política de redução salarial, se os trabalhadores não puderem impedir sua aplicação em larga escala? 1 — A indústria se estenderá ainda mais, financiando praticamente todos os lares dos trabalhadores que possuem a maior parte das conquistas obtidas em lutas justas e compensadas lucrativas. Os não-qualificados, tende que enfrentar uma investida agressiva com o saluário mínimo congelado, salários reduzidos à indigência, etc. — A queda do poder aquisitivo da grande massa de assalariados, agravada e a redução da produção, principalmente nos setores de bens de consumo, aparelhos elétricos, etc. — com consequente, diminuição da produção, fechamento de fábricas, desemprego, etc.

Se não se toma alguma medida imediata para impedir a luta de classes que a burguesia dá ao proletariado. Embora as classes dominantes, reguem a luta de classes, elas a praticam sem do nem piedade; reconquistaram a totalidade do poder em 10 de Abril e a política agora o lema "Aí dos vendidos". Nada impedirá, no entanto, que a classe operária aprofunde a luta e organize as suas defesas.

para a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à herança, à segurança individual e à propriedade. Nem todos são iguais perante a lei. Esta pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Pode ocorrer da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão do direito individual. Não é livre a manifestação do pensamento sendo em termos de liberdade pessoal da autoridade local e por motivos circunstanciais. A publicação de livros e periódicos não depende de licença do poder público, mas este tem o direito de repressão da circulação, ainda quando não façam propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social nem de preconceitos de raça ou de classe. O sigilo da correspondência não é inviolável. Nem todos podem reunir-se sem armas, intervindo a polícia ainda quando a segurança pública não seja ameaçada. Não tem garantias a liberdade de associação para fins lícitos. Qualquer associação poderá ser compulsoriamente dissolvida sem sentença judicial. A casa não é o asilo inviolável do indivíduo. Qualquer elemento policial ou militar poderá facilmente penetrar à noite, sem consentimento do morador, ainda que não seja para acudir vítimas de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos limites e pela forma que as autoridades policiais estabelecem, mas, ao contrário,

para cometer crimes de espoliação e outros. Qualquer pessoa pode ser levada à prisão ainda que se preste a pagar fiança e a prisão ou detenção não serão comunicadas ao juiz competente. Não se dá, sendo em raríssimos casos, habeas corpus quando alguém está ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso do poder. Igualmente não se concede mandado de segurança nestes casos. Não é assegurada aos acusados a plena defesa. Na sanção privativa do Nordeste, por exemplo, nem sequer os advogados podem entrevistar-se com seus constituintes. Embora ainda não os haja, funcionários e criação de foros privilegiados e de tributos, mas de exceção. Qualquer pessoa pode ser processada ou sentenciada por autoridades não competentes. A lei penal retroage para prejudicar o réu. A pena passa da pessoa do delinqüente, como ocorre em várias partes do país.

A ORDEM ECONOMICA E SOCIAL

A ordem econômica é organizada conforme os princípios da conveniência dos grupos, associações patronais e federações de empresários. Não se assegura trabalho a ninguém, ao contrário, legisla-se sobre economia e finanças de modo a lutar à ruína do desemprego alguns milhões de brasileiros, a fim de reduzir a população do campo e a inflação de ope-

ratizam em fábricas que se empenham em trabalhar. A União pode intervir no domínio econômico quando em benefício de grupos de empresários nacionais ou estrangeiros e monopoliza apenas determinadas indústrias ou atividades deficitárias, que não interessam àquelas.

A lei não repete nenhum abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais que tem por fim dominar o mercado nacional, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros.

As autorizações e concessões para o aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica dependem de concessão federal e serão outorgadas desde que beneficiem a "Light" e a "Bond and Share" e a "Itarna". A usina, em qualquer de suas modalidades, não é punida pela lei. Os Estados não asseguram aos possesores de terras devolutas, que nelas têm morada habitual, preferência para aquisição, antes, expulsação à pau, fogo e bala, como ocorre com frequência em todo o país, e com mais regularidade, no glorioso Estado do Paraná. Os que ocupam terra por mais de dez anos podem ser tranquilamente expulsos por jagunços, arifeses ou policiais estaduais. Estes podem pegar os olhos dos que se lhes opõem e queimar-lhes as residências.

A legislação do trabalho não

obedece aos preceitos do pagamento do salário-mínimo capaz de satisfazer as condições de cada região, mas garante ao empregado empregador o direito de chamar a polícia para prender os trabalhadores quando reclamam. Por motivos de zelo, índole nacionalidade e estado civil, podem estabelecer diferenças de salário. Não é preciso pagar salário noturno. Não é absolutamente obrigatória a participação do trabalhador nos lucros da empresa. Quem o reclamar vai pra rua. Ninguém consegue viver com apenas oito horas de trabalho, sendo, portanto permitida a extensão, sob vários artifícios, do horário universal de oito horas para doze e quatorze. Não se proíbe o trabalho a menores de 14 anos. Quando não se quer, não se reconhece as convenções coletivas de trabalho. A assistência hospitalar é dispensada quando e como se deseja. Não é reconhecido o direito de greve, a não ser quando o empregado ou o governo o permitir, de acordo com as respectivas conveniências.

A EDUCACAO E A CULTURA

A educação não é direito de todos, pois o Estado não mantém o número suficiente de vagas, em nenhum grau, dificultando a construção de novos edifícios escolares e auxilia a escola particular a extorquir os alunos e seus pais. O ensino primário não é obrigatório, sendo-se o mauve de alfabetizados em nível obrigatório estabelecido em nível

liberto processo de aumento, e fim de não abarrotar desnecessariamente as salas de aula, e de não estender em demanda o nível de voto. As empresas industriais e comerciais não têm obrigação alguma de ministram aprendizagem aos seus trabalhadores, nem em. Só devem fazer isso quando o governo tem ali ou aprova. Quando a liberdade de expressão não é garantida sendo para aqueles que adotam a ideologia a contrária os métodos e os livros indicados pelo Ministério da Educação e Cultura, Revistas, Conferências-interventoras, etc. O amparo à cultura não é dever do Estado.

AS FORÇAS ARMADAS

São as únicas que recebem o que deve ser feito, dito o período.

OS FUNCIONARIOS PUBLICOS CIVIS

Não têm vantagens. Podem perder os seus direitos adquiridos.

O RISTO

Qualquer imposto, pode gravar diretamente os direitos de autor e a remuneração de professores, jornalistas e musicistas.

O estado de sítio não está implantado sem ser declarado. A Constituição pode ser reforçada na vigência do estado de sítio implantado, e não expressamente declarado.

Nos últimos meses da Guerra as tropas de ocupação prenderam 22 poloneses que, de suas bases próximas, se haviam juntado ao maquis de Arradere de Paris. Como tantos outros, foram utilizados para o espreitamento. Um deles se guardou a lem-brança das cruéis barbáries e de crimes complicados, unidos pela Gestapo em um cartaz de contrapropaganda. Um desses homens, que Aragon chamou no poema que dedicou ao "maquis" a escrever a eu insuadir, escreveu a mulher uma carta de despedida. Dizia-lhe que se casasse, tivesse um filho, fosse feliz e pensasse nele de vez em quando, pois que ele iria em um mês em um comboio aéreo.

Este homem, ao morrer, não deixou bem patente que se identificava na luta contra a Alemanha nazista com um povo. Também contra uma ideologia não contra a classe militar é que temos, hoje o dever de levantarmos-nos — contra a abominação que é tornar-se prisioneiro de guerra.

O recado, no pedágio de papel publicado que nos che-

OS DESONRADOS

MARCIO MOREIRA ALVES

gam das prisões, especialmente de que atravessara a Cortina de Fingidos de Paris, Amalácio e Bahia têm o mesmo tom de simplicidade e juízo das mensagens deixadas pelos que, na Europa libertada, fizeram a oferta de suas vidas à liberdade. A minha mãe, Felton srta. Avô de minha comendadora do Exército. Não sei para onde vou, Sei falar Fernando", diz um dos que foram repatriados clandestinamente no quartel do 19 BC, Salvador, há mais de 28 de agosto. Este rapaz foi transportado no tipo EB... 21-12967, enquanto outros prisioneiros foram levados na "caixa certa" do Petróleo Leque — B-6-16. Quando chegou a bordo para soltar e peço-lo. Hoje a caixa que foram levados para lutar e peço-lo, 86 não foi porque se foi doente. Amalácio deve ir para o Hospital do Exército. Depois, não sei para onde vou. Se

você não me descobrir lá embora para o Rio. Quando a coisa melhorar eu escrevo para você, sem mais, obrigado do seu Tão".

As cartas seguem pelas misteriosas cambijas que a solidiedade dos espreitadores tecem. Chegam às mãos, com suas mensagens apinhadas. Cada vez que se lê, sinto um arrepiar, uma estranha sensação de sermos de impossível fantástico. Intelectualmente não me acho capaz de fazer uma carta de torção e seriedade e terra minha, a terra de nossa raça não fundou, eu, como diria o exilado voluntário Vilhena de Moraes, a patria minha, patria amada, não proferir.

Desprezo que tiveram há, bens-corpos do Superior Tribunal Militar (no 27 629) foram requisitados pelos gauleiros da Bahia. Fizera com que assinassem os alvarás de soltura e levaram-nos para

responder-se ignorantes. Os seguintes recusaram-se a assinar a legitimação de seus seqüestros e apuraram multas. Continuem enfiados, apenas os sr. Milton de Carvalho e Silva foi solto. Tantas torturas sofreu que está passando quarentena e três quilos. Fora recolhido ao Hospital do Exército, onde não queriam ficar os do momento de seu cadáver. Foi devolvido à família para morrer em casa. Sempre há uma certa horizontalidade no comando dos cartazes.

Quatro presos, de nome Oswald, trabalhador da Petrobras, na Bahia, era, ao que parece, detentor de segredos terríveis. Para que se com fessasse, arrancaram-lhe as unhas e tentaram bofetões que passou dois meses abafado, até ser transformado em carvão. Os companheiros de cela chegavam-lhe à boca

a comida e os cigarros, acompanhavam-no quando tinha de soltar-se em passeios. Bahia, São Paulo, setembro, trinta e cinco. Um homem das Forças Armadas brasileiras desfilava em homenagem à Independência. Havia discursos e patrocínio oficial do dia. Os generais porfiristas seus medallions, ilustrando suas botas, passaram o uniforme de gala. Alguns tinham mesmo pregadas no peito as fitas conquistadas em campos da Itália, na luta contra a tirania. Mas os passos dos soldados e a voz dos comandantes soaram sem autoridade. Enquanto acobertavam com sua complacência e alvarás torturadores, que usam lanchas lentas à sua mão, temo autoridade. Enquanto permittem que o fuzilamento seja de estado e disciplina se saltem contra homens indefesos, estarão desonrados. E desonrados, não podem falar em nome do Brasil.

Transferido do Cúrculo da Moura de 5 de setembro de 1961.

LAMENTAVEL ESTADO DAS ESCOLAS PUBLICAS

(Continuação da 1.ª pag.)

laboratórios; das 31 que decaíram possuíam quase todas as coisas mais aparafusadas e não dispõem de material suficiente para os trabalhos respectivos. Enfim, não existem as mínimas condições para que professores possam ministrar o ensino prático moderno. Tudo se faz no quadro negro, em pleno

século XX, numa demonstração dolorosa de que são verdadeiramente caóticas as condições, materiais com que devem desempenhar seu elevado mister os mestres paulistas.

CONDIÇÕES DOS PREDIOS

Apenas 31 se encontram em boas condições. As outras são regulares, mais ou menos

mas. Falta de muros, casa de zeladoria, vidraças partidas ou ausentes; falta de fechaduras de segurança, encanamento quebrados, instalações sanitárias em péssimas condições; fios elétricos interrompidos; telhados quebrados; falta de carpetes e de mesas; falta de segurança e falta de assento caracterizam os estabelecimentos oficiais de grau médio oficiais. O próprio Instituto de Educação de Santos interrompeu os trabalhos por ser a sala de visitas da Secretaria da Educação está com seu auditório em lamentáveis condições; sujo, sem cenário, com tapetes substituídos às cortinas.

LOCAL PARA EDUCACAO FISICA

Eleivado número de ginásios não possuem, o que é de estabelecer no local para educação física. Em alguns existe espaço, porém, não pode ser ocupado porque a Secretaria da Educação não manda apianar o terreno e limpa-lo.

BIBLIOTECAS

25 ginásios não possuem bibliotecas. Das que possuem, a maioria ou está em formação, pelo esforço de alunos e professores, ou não atendem as necessidades da escola.

MATERIAL E PESSOAL

Todos os estabelecimentos pesquisados reclamam pessoal: professores, serventes ou inspetores de alunos para o cabal desempenho de suas funções. A necessidade de material de uso diário, de equipamento didático foi apontada por todos.

FALTA DE NOVOS ESTABELECIMENTOS NA CAPITAL

57 diretores julgam haver necessidade urgente de criação e instalação de novos estabelecimentos de ensino na zona em que se situam os estabelecimentos de distrito. Por aí se vê como está posto o Estado de atender à demanda de vagas.

devidamente aparelhado com vitórias, material e pessoal, carpinteiros, electricistas, montadores, operários qualificados, para centralizar esses serviços na Capital e cuidar especificamente da manutenção dos prédios escolares. Só assim se evitará, a demora chatante e prolongada no atendimento aos pedidos das escolas oficiais.

CONCLUSAO

Do exposto se conclui que desastrosa foi a gestão da Secretaria da Educação em 1963, empregando quase quatro bilhões de cruzados em convênios com escolas particulares, enquanto nas oficiais tudo se fez por fazer. E preciso que se façam grandes investimentos no setor da educação, pois só assim serão dadas oportunidades à todos e o ensino paulista se atualizará.

Faz-se mister que a Secretaria da Educação organize serviço de conservação de prédios,

A fim de dar aplicação prática ao disposto na lei aprovada pela Assembleia Legislativa, o prof. Ataídes Nogueira, secretário da Educação do Estado de São Paulo, viajou para a Alemanha, onde recebeu o material didático necessário.

RECADO A OS PATRIOTAS

6) A ideia das "Marchas da Família" partiu de uma freira católica, Irmã Ana de Lourdes, de São Paulo, que a comunicou a um "grupo de senhores" numa reunião que foi presenciada pelo deputado Cunha Bueno, que aprovou e pôs em execução a ideia.

7) A organização feminina do movimento civil coube à CAMDE (Campanha da Mulher Pela Democracia), definida no artigo como: "a única group of superior middle-class Rio housewives", isto é, "um grupo de senhoras de casa da alta classe média do Rio".

8) Pelo que se depreende do relato do jornalista americano, Pingo Siskonta, a conspiração não deveria estar em Minas. "Mourão, an impatient and hotheaded officer", quer dizer, "um oficial impaciente e de cabeça quente", "had simply got tired of waiting", ou seja, "simplesmente cansouse de esperar". E deu início à "revolução",... quase pondo tudo a perder.

9) Kruei hesitava em aderir e os conspiradores "puseram a imaginar-se o tempo de destituição pela força, do poder".

10) Finalmente, depois de derribado Goulart, o tenente-coronel Rubens Resatelli chegou os deputados à parede, falando em nome do lucratório (que o artigo esclareceu, por fim, ser ele mesmo e mais alguns militares do grupo que lá vinha há tempos trabalhando), obrigando-se a aprovar o Ato Institucional.

11) Em tempo: o presidente Castelo Branco só aderiu à última hora, isto é, após o anúncio do dia 13. Aliás, a maioria dos oficiais só aderiu depois daquele acontecimento e, mais ainda, após a revolta dos marinheiros e a reunião do Clube dos Sargentos. Esses pontos ficam bem claros no artigo.

Estes são os fatos principais; outras informações significativas estão distribuídas no correr do artigo. Por exemplo, que o objetivo principal do movimento foi

criar no Brasil um clima favorável aos investimentos estrangeiros. Aliás, isto pode ser constatado, não só pela política econômica que o governo "revolucionário" adotou, de franca proteção aos interesses estrangeiros no país, como também pelas figuras que a revista cataloga como principais responsáveis pela conspiração. Todos eles, de uma forma ou de outra, são ligados a empresas norte-americanas instaladas no Brasil. Os industriais brasileiros que, sabendo da conspiração, a ela não aderiram, são chamados no artigo de "ineficientes industrialistas" (industriais ineficientes). Segundo a publicação americana, esses capitalistas brasileiros patriotas, que não quiseram tomar parte numa conspiração estrangeira contra o seu país, são apenas uns "ineficientes" que têm medo da competição que as empresas estrangeiras lhes movem.

O artigo termina afirmando que uma das razões do otimismo que deve haver de agora em diante é o fato de que os "homens de negócio de São Paulo estão solidamente por trás do Governo", e isto é "something new" no Brasil. "A tarefa não está ainda terminada. A revolução está em processo" — é a proclamação final, atribuída ao "jovem" Industrial Paulo Ayres Filho.

AMPARO ÀS FAMILIAS DOS PERSEGUIDOS

Com a finalidade de amparar as famílias dos presos e perseguidos políticos, foi instalada no dia 25 de outubro, na sede do Partido Socialista Brasileiro, na Guanabara, a Comissão de Apoio às Famílias dos Atíngidos pelo Ato Institucional, tendo sido eleito, por voto secreto, um primeiro composto dos srz. Bayard Bouloux, deputado Jamil Haddad e sr José Carlos de Albuquerque, além das srz. Edma Cunha e Dirce Santana.

Antes mesmo da primeira

reunião, a Comissão já havia arrecadado Cr\$ 40 mil, além de Cr\$ 200 mil que o PSB havia recolhido e distribuída as famílias dos atingidos.

Ficou estabelecido que a Comissão fará uma prestação pública de contas no dia 5 de cada mês, e dividida em departamentos de: finanças, tesouraria, setor de orientação profissional, serviços médico-dentário, jurídico, de orientação educacional, de arrecadação, divulgação e de uma comissão de visita aos presos.

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO SAUDA SEUS LEITORES E AMIGOS DESEJANDO-LHES FELIZ ANO NOVO E QUE 1965 SEJA UM ANO PROPICIO PARA AS VITORIAS DO POVO E DO PROLETARIADO E RES-TAURACAO DA LEGALIDADE DEMOCRATICA

OUÇA NA MARCONI DAS 6 AS 6,30 DA MANHÃ O PROGRAMA "LARGANDO BRASA" COM O VEREADOR DAVI LERER

CANDIDATO PROPRIO EM S. CAETANO DO SUL

Os socialistas terão candidato próprio a prefeito de S. Caetano do Sul. Em convenção realizada no recinto da Câmara Municipal do referido município a unanimidade dos convencionais escolheu o deputado Joaquim Jácome Formiga candidato do Partido Socialista Brasileiro

Representando a direção regional do PSB estiveram presentes os companheiros: Camal Schahim, Sec. Geral do Diretório Regional e o vereador David Lerer

Saudando os convencionais o companheiro Joaquim Formiga fez uma profissão de fé socialista, definindo-se como o candidato anti-lacerdista e de oposição ao sistema vigente após o movimento de 1.º de abril.

O MOVIMENTO DE ABRIL...

(Continuação da 6.ª pag.)

ve ter em vista. Se, nos dias que correm, a tarefa mais importante é a restauração da legalidade, não há que comecar, para a classe operária, pela reconquista de seus sindicatos. E esta só se operará na medida em que os ativistas sindicais, em pri-

meiro lugar, e a grande maioria dos operários, em seguida, compreenderem que o sindicato é a sua casa e, com ou sem intervenção, exigem sua própria situação. Do contrario, com os sindicatos às moscas, com a modorra ministerialista dominante, o campo estará aberto à reação e à entre-

ga cada vez mais completa do país aos interesses estrangeiros e à pauperização de todo o povo. Se os trabalhadores representarem, efetivamente, a parcela mais consciente da população, farão do sindicato a sua trincheira: na luta pela legalidade, e pelo progresso brasileiro

